

*IN LIMINE CONSCRIPTIONIS: DOCUMENTOS,
CHANCELARIA E CULTURA NO MOSTEIRO
DE SANTA CRUZ DE COIMBRA (SÉCULOS XII A XIV) **

SAUL ANTÓNIO GOMES **

Introdução

No exercício contemporâneo do fazer da história, os historiadores repetem gestos e rituais estabelecidos desde há muito. É clássica, por exemplo demonstrativo, a afirmação corrente de que sem documentos não há história. Efectivamente, a renovação das “escolas historiográficas” trouxe, no século XX, a mais valia do encontro com práticas científicas inter-disciplinares e um conseqüente alargamento daquilo que entendemos como “documento(s)”, conceito que se viu bastante alargado no seu conteúdo e projecção científica quando, em seu lugar, se começou a preferir a designação corrente mais generalista de “fonte(s)”.

De par com essa “revolução documental”¹, actualizaram-se as metodologias de trabalho dos historiadores – mas sem que, neste campo concreto, aliás, se desvança a importância das velhas ciências heurísticas tão importantes no quadro de um antigo e sempre renovado positivismo historiográfico – marcadas, em grande medida, pela preocupação do mensurável, do

* Dissertação de doutoramento apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, na especialidade de História Medieval, 2 vols., Coimbra, 2000, 1799 págs.. (Defesa realizada em 24 de Novembro de 2000).

** Do Instituto de Paleografia e Diplomática da Faculdade de Letras de Coimbra. Membro do Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra e colaborador do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa.

¹ Olivier Guyotjeannin, *Les Sources de l'Histoire Médiévale*, Paris, Librairie Générale Française, 1998, pp. 27-31 *et passim*; Jacques Le Goff, “Documento / Monumento”, *Memória e História*. Vol. I. *Enciclopédia Einaudi*, Lisboa, INCM, 1984, pp. 95-106.

quantitativo e do serial, emergiram perspectivas de questionação caracterizadas pela iniciativa propedêutica das outras linguagens científicas e, finalmente, alargou-se o campo selectivo dos objectos merecedores de análise histórica ².

Nessa extraordinária renovação do fazer da história, especialmente acentuada e expandida na segunda metade do século XX, encontram-se, também, lugares de retorno. Entre eles, naturalmente, (re)encontramos a galeria dos outros saberes hermenêuticos, tradicionalmente mais atidos ao estudo duro e rígido do objecto histórico, do documento escrito na sua totalidade aparentemente imediata, para cuja descodificação e interpretação, aliás, é frequentemente indispensável o domínio de uma gama de conhecimentos classicamente eruditos e “positivistas”.

Esses palcos de retorno são, naturalmente, representados pelos “saberes”, tradicionalmente vistos como austeros e antigos, incorporados nas ciências da Diplomática, da Paleografia, da Epigrafia, da Cronologia, da Esfragística, da Numismática, e mesmo, embora nome mais recente, da Codicologia, entre outras. A evolução das escolas historiográficas ocidentais, no entanto, afectou-as, impondo-lhes renovações ao nível das concepções por que mediavam o reencontro com o ente histórico, trazendo-lhes o contributo metodológico das ciências ditas exactas e, finalmente, rasgando-lhes os horizontes de focagem, de projecção e de entendimento dos seus objectos de estudo.

Na concepção contemporânea dessas ciências históricas, porque dedicadas ao estudo de documentos e/ou monumentos no decurso do tempo, encontramos, subjacente a todas elas, a eminência do social, mais do que do económico, bem como do cultural, áreas de abordagem que se revelam um “destino” privilegiado no fazer dessas mesmas ciências ³. E como resultado da actualização desses saberes de raízes seculares proclama-se, hoje em dia, a legitimidade da sua enunciação no palco dos saberes históricos como ciências de pleno estatuto, reclamando-se a sua visibilidade dentro de novos quadros conceptuais.

Com este novo espírito, a consideração das “fontes” históricas, dentro dos campos de análise próprios da Diplomática – como, também, se

² Problemas recentemente (re)equacionados no livro organizado por Marcia Mansor d’Alessio, *Reflexões sobre o Saber Histórico. Entrevistas com Pierre Vilar, Michel Vovelle e Madeleine Rebérioux*, São Paulo, Editora UNESP, 1997.

³ Vd. Antonio Castillo Gómez e Carlos Sáez, *La Eliminación de lo “Social”. A propósito del concepto y destino de la Paleografía*, separata de *Scrittura e Civiltà*, XIII (1999).

pertinente, da Paleografia – torna-se uma tarefa integrada, no sentido em que o exercício da investigação heurística e do estudo hermenêutico desses “produtos” ou “objectos” do fazer da história se processa de acordo com novas linguagens científicas e dentro de uma prática de plena interdisciplinaridade ⁴.

Em Diplomática, o encontro com as fontes escritas tem vindo a valorizar substancialmente as condições e os contextos sociais, institucionais e culturais que enformam a produção e elaboração dos actos documentais. A dissertação *In Limine Conscriptio. Documentos, Chancelaria e Cultura no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (Séculos XII a XIV)* integra-se neste contexto de actualização pluridisciplinar do conhecimento das práticas culturais de escrita e de redacção documentais protagonizadas pelo conhecido Mosteiro de Cónegos Regrantes de Santo Agostinho.

O Mosteiro

Canónica regrante seguidora da Ordem de Santo Agostinho, Santa Cruz de Coimbra viria a receber a pedra fundacional em 1131, abrindo as suas portas à vida em clausura no ano seguinte. Na base da sua fundação encontramos tanto a vontade de um grupo de clérigos diocesanos, encabeçado pelo Arcediago D. Telo, quanto um tecido socio-religioso local em profunda fase de transformação desde finais do século XI (reforma da tradição eclesial de base moçárabe em favor dos modelos gregorianos, linhagem de bispos franco-romanos, abertura a novas aspirações espirituais motivadas, em parte, pelo fenómeno das peregrinações, dos movimentos cruzadísticos e pela procura de novos tipos de vida religiosa claustral).

O projecto fundacional do Arcediago D. Telo – o qual permanecerá ligado, *de jure*, até à sua morte, em 1136, ao Cabido diocesano – foi prontamente seguido e apoiado por alguns outros membros da hierarquia diocesana coimbrã e viseense, tais como Teotónio (que se tornará o primeiro prior da Canónica vindo a falecer em 1162 e sendo canonizado no ano

⁴ A questionação de carácter epistemológico tem, também, um lugar significativo nos estudos diplomáticos mais recentes. Vd., para um balanço do fazer da Diplomática em Portugal, Maria Helena da Cruz Coelho, “A Diplomática em Portugal. Balanço e Estado Actual”, *Estudos de Diplomática Portuguesa*, Lisboa, Faculdade de Letras de Coimbra e Colibri, 2000; para a Paleografia, vd. Maria José Azevedo Santos, *Ler e Compreender a Escrita na Idade Média*, Lisboa, Faculdade de Letras de Coimbra e Colibri, 2000, pp. 59 e segs.. Para um quadro europeu, cf. *Un Secolo di Paleografia e Diplomatica (1887-1986)*, Roma, 1988.

seguinte) e D. João Peculiar, mestre-escola conimbricense, mais tarde elevado ao sólio episcopal do Porto e, logo depois, à prelatura arquiépiscopal de Braga.

O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra ganha, desde cedo, a protecção empenhada dos poderes régio e pontifício, encetando um processo litigioso plurissecular despoletado pela reacção do Cabido e da Mitra diocesanas. Coimbra era, nesse tempo, uma cidade em forte crescimento urbano e demográfico, centro de uma importante dinâmica cultural que se acentuará ao longo de todo o século undecentista, a ela se tendo acolhido a corte real cujas primeiras gerações estabelecerão o seu panteão dinástico no claustro dos cónegos crúzios.

Mosteiro dotado com pingues rendas e vasto cadastro patrimonial, Santa Cruz de Coimbra torna-se um dos mais significativos mosteiros portugueses e europeus desse tempo. A sua população claustral ultrapassava, cerca de 1200, a meia centena de professos, número que só nos séculos XIV e XV se viria a reduzir de modo significativo. Como estrutura de governo, adoptada a regra agostiniana, complementada com o *liber ordinis* ou costumeiro seguidor dos modelos de S. Rufo de Avinhão, abadia com quem os Crúzios tiveram fortes relações de carácter cultural e religioso, adoptou-se um organograma em cujo vértice de governo se situava o prior-mor, seguido pelos oficiais que regiam e controlavam todo o quotidiano claustral (prior claustral ou crasteiro, *cantor*, *sacrista*, *portarius*, *camararius*, *repostarius*, *hostiarius*, *vestiarius*, *celararius*, *conrrearius*, *refectorarius*, *cancelarius*, *procurator*, *pitanzarius*), do hospital anexo dedicado a S. Nicolau (*hospitalarius*, *infirmarius*), para além do apoio pastoral ao convento feminino agregado de S. João das Donas.

Com uma importante acção pastoral *ad gentes*, os Cónegos de Santa Cruz de Coimbra controlaram ciosamente os seus priorados isentos de Leiria, Seia e Arronches, serviram numerosas capelanias paroquiais e coadjuvaram a fundação e a reforma de novos e antigos mosteiros debaixo da regra canonical regnante. Do claustro conimbricense saíam, também, alguns bispos (Porto, Braga, Viseu, Lamego, Lisboa, Évora, Tuy) e prelados de outros cenóbios quer portugueses (S. Vicente de Fora, Grijó, S. Jorge, Moreira, entre outros), quer estrangeiros (Santa Cruz de Cortes (Ciudad Rodrigo), Stº Isidoro de León).

Biblioteca e scriptorium

Pólo librário na Europa e no Portugal medievo, o *armarium* medieval de Santa Cruz de Coimbra, mau grado a intervenção do *sacrista* – conceito

local de predomina em desfavor de termos como *bibliothecarius* ou *armarius* – ou do *sacrista et cancelarius* como nos informa documento de 1268, como responsável pelos tesouros librários do Mosteiro, sofreu perdas bastante consideráveis do seu acervo de manuscritos. A sua primitiva biblioteca não deveria distanciar-se, nos seus momentos áureos, das de outros grandes mosteiros seus congêneres como Alcobaça (com mais de trezentos códices) ou Aureil (com 450 códices em 1225). Um mosteiro filial de Santa Cruz, como o de S. Vicente de Fora, em Lisboa, contava 115 volumes cerca de 1250. Decerto que a Canónica coimbrã não se posicionaria atrás da biblioteca deste cenóbio olisiponense.

Ainda assim, o protagonismo de Santa Cruz de Coimbra na Europa dos séculos XII a XIV pode hoje avaliar-se pela qualidade dos códices que sobreviveram da sua preciosa biblioteca. Os estudiosos têm vindo a contabilizar cerca de uma centena de manuscritos da antiga “Biblioteca de Mão” crúzia. Mas uma boa parte desses códices não pertenceu, efectivamente, ao núcleo primitivo deste Mosteiro. Se, alguns, resultaram se formas de realização exteriores ao *scriptorium* claustral (nele tendo ingressado por compra, doação ou troca), outros há que ali foram reunidos em época moderna e tardia (como os obituários de S. Jorge e de S. Vicente de Fora) e outros, ainda, datam claramente de horizontes modernos mais do que medievais. Do número apresentado, reunido fundamentalmente na Biblioteca Pública Municipal do Porto, calculamos que somente cerca de 60 unidades dos códices subsistentes, considerados apenas os séculos XII e XIII, resultarão efectivamente do labor deste centro coimbricense de cópia e escrita de livros.

Primitivamente, o *armarium* contou com um importante esforço de cópia de manuscritos através do envio de cónegos copistas a outros institutos pertinentes (especialmente S. Rufo de Avinhão e Santiago de Compostela), para além de um veemente e substancial esforço local de produção de códices quer de carácter litúrgico (seguramente a maior fatia da produção librária do *scriptorium*), quer de conteúdos bíblicos, teológicos e históricos.

A análise de alguns fragmentos codicológicos agregados a documentação diplomática do arquivo de Santa Cruz permite sugerir a existência de outras obras pertencentes à biblioteca dos Cónegos. Entre eles, assume maior volume o manuscrito delido de um antigo *Colectário*, de finais do século XII ou inícios da Centúria subsequente, achado recentemente no decurso de obras de restauro prosseguidas na igreja de Santa Cruz de Coimbra. Por outro lado, o *scriptorium* crúzio não se ateve apenas à produção de códices escolásticos ou de serviço litúrgico e coral. As práticas

codicográficas estende-se ao livro de carácter diplomático e arquivístico como sejam os conhecidos cartulários *Livro Santo* e *Livro de D. João Teotónio*.

O *scriptorium* de Santa Cruz de Coimbra revela-se um centro de assinalável capacidade de produção de manuscritos em ordem à sua exportação para outros mosteiros e espaços afins da Ordem regular canonical. Não são, igualmente, de desprezar os indícios de práticas de intercâmbio e empréstimo sugeridas já por vários Autores entre a Canónica coimbrã e o mosteiro cisterciense de Alcobaça.

Para além dos numerosos textos de *Sacra Pagina* (o celeberrimo *Testamentum Vetus* revela-se um manuscrito axial na produção ibérica de códices desse tempo), Santo Agostinho, S. Jerónimo, Orígenes, S. João Crisóstomo, Isidoro de Sevilha ou S. Gregório Magno são *auctoritates* extraordinariamente apreciadas entre os leitores crúzios, para além de autores mais “modernos”, como Beda, Amalário, Pedro o Venerável, S. Bernardo de Claraval ou o muito elogiado Hugo de S. Vítor. A evolução dos saberes eruditos na Europa dos séculos XII e XIII proporciona a Santa Cruz o ensejo de se informar em torno dos conteúdos canónicos do *Decreto* de Graciano ou das *Decretais*, entre outros indícios de códices de carácter legal que terão existido no *armarium* nomeadamente da *Lex Visigothorum*.

A biblioteca de Santa Cruz de Coimbra, no entanto, revela-se tendencialmente conservadora, sintetizando os seus livros, numa apropriação de síntese já sugerida por M. Díaz y Díaz, “o peso do passado e são a base das tradições ou o alimento da continuidade” dentro de um claustro regular ocidental nos séculos medievos. Conservadorismo de temáticas, mas também de métodos mecânicos de reprodução de códices, denunciadores de práticas e de aprendizagens próprias de um ensino transmitido em ambiente para-escolar. Nos séculos XII e XIII predominam as regragens a plumbagina (73%), seguidas pelas de ponta seca (23%) – traçando interlineamentos cujas modas se situavam entre os 71 e 90 mm (42%) ou mesmo entre os 101 e 150 mm (19%) – aplicadas a livros com dimensões médias predominantemente situadas entre os 150 a 250 mm de largo por 250 a 350 mm de alto. Livros, por isso, de razoável grandeza, porque suportes cenográficos em que se projectavam memórias culturais sacras, tanto quanto saberes pertinentes à descodificação da razão teológica do mundo e do claustro em que viviam estes Cónegos Regrantes de Santo Agostinho.

Escrever e ler são funções oportunas sabiamente partilhadas por esta comunidade canonical. Detectamos um assinalável conjunto de escribas

bem treinados nas escritas librárias, mas com suficiente maleabilidade para apoiarem a escrita dos diplomas da chancelaria monástica. Pelo cruzamento das informações paleográficas dos documentos avulsos, aliás, conseguimos estabelecer uma lista prosopográfica de 149 copistas e escribas crúzios no período de observação proposto pela dissertação.

A consciência da importância social do escriba passa pelo reconhecimento explícito do seu auto-elogio. Recolhemos essa quase propaganda da mais-valia do escrever e do copista nos frequentes colofões inscritos nos códices, mas também no espelho simbolizado da iluminura retratista de escribas em acção, sentados quase majestosamente nas suas cátedras e inclinados sobre o pergaminho em que (se) inscrevem e projectam. Do leitor, esperava-se uma *bona comprehensio*, tornando o encontro com estes textos um elogio à inteligência da interpretação do criptográfico e de uma iconologia subjacente.

Arquivo. Preservar e transmitir os actos escritos

Documenta-se desde muito cedo a preocupação dos Crúzios pela preservação do seu património documental. A boa organização arquivística associa-se a uma política de gestão cultural providente de um poder que se pretende manter para sempre. Não estranha, por isso, o desvelo com que os Cónegos de Santa Cruz olhariam as frágeis “*membrana*” – vocábulo este aplicado no prólogo do Livro Santo aos documentos em pergaminho guardados no arquivo monástico – e que não se tenham poupado a esforços para promover a conservação de originais ou passá-los a novos registos, nomeadamente através da sua cópia, quer inscrevendo-os em cartulários racionalmente e escolasticamente organizados, quer reproduzindo-os como neo-originais ou mesmo, já em pleno triunfo do tabelionado, recorrendo aos notários públicos para traslados autênticos dos antigos documentos.

A segurança deste arquivo monástico era suficientemente reconhecida, por exemplo, a ponto da própria casa real portuguesa ali ter elegido um dos seus centros mais importantes para depósito de parte do seu espólio administrativo, legislativo e fiscal corrente. Arquivo monástico, arquivo real, arquivo de *munimina* de entidades privadas outras que contraíam relações sociais, institucionais e religiosas com a Canónica, bem como, também, arquivo de numerosos actos tabeliônicos que passam a imperar, desde o primeiro terço de Duzentos, no mercado das escritas de carácter cível ou penal. O arquivo de Santa Cruz metamorfoseia-se numa plataforma plural da memória civilizacional de todo um passado medievo

que encontrava na escrita e no documento autenticado pelo averbamento notarial o seu suporte preferencial de transmissão de geração em geração.

São os actos da chancelaria monástica, contudo, aqueles que maior relevo assumem no quadro do *iter documentorum* arquivístico que transportou até à actualidade todo o acervo diplomático crúzio. As práticas de preservação do século XII, em que parecem assumir papel relevante as figuras de cónegos escribas como D. Paio Serrão e D. Paio Garcia, tanto quanto a figura sempre subjacente nos tempos iniciais da história do Mosteiro, de Mestre Pedro Alfarde – ainda que, naturalmente, figura mais esbatida e sombreada no legado informativo que nos é dado manusear – conjugavam a elaboração de “tábuas” ou índices temáticos em que, respeitada a hierarquia social dos outorgantes, logo se passava a uma nova ordem topográfica do mundo, subjacente à disposição cronológica, pela qual os *instrumenta* se iam arrumando e classificando.

Nos cartulários *Livro Santo* e *Livro de D. João Teotónio*, o primeiro iniciado em 1155, o segundo por 1167, conjugam-se linguagens de tipo codicológico, na preparação e elaboração material dos códices, com uma persistente redacção, mesmo e sobremodo na *Vita Tellonis*, dominada pelos hábitos próprios do discurso diplomático de chancelaria. A própria *narratio* de acontecimentos emerge entre uma evidente preocupação pela localização tópica e crónica, de reinados e pontificados, para além da transferência e integração no texto narrativo dos diplomas eles próprios em citação abreviada ou *in extenso*.

Cartulários maiores no panorama das práticas arquivísticas e culturais portuguesas da segunda metade do século XII, não pelo volume, apesar de considerável, mas sobremodo pela organicidade e estruturação inteligente dos mesmos, eles afirmam-se como lições performativas de conteúdos originais, traduzindo o reconhecimento do *compiler* face aos originais sobre os quais omite ou interpola informação.

O processo de preservação e salvaguarda desse património documental, várias vezes contrariado por acontecimentos nefastos – como a propalada inundaçãõ de 1411 – conheceria diversas fases depois do século XII. Um dos momentos mais significativos foi atingido a propósito do estabelecimento das *compilationes* de 1315, motivadas por novo contencioso com a Sé de Coimbra, dando origem à cópia, em rolos, de cerca de sete centenas de documentos, com datas até 1215, depositados no arquivo crúzio. O aumento da exigência no conhecimento minucioso do arquivo monástico conduzirá ao lavramento de inventários documentais, como se atesta com o caderno de 1377, devido ao labor empenhado do cónego D. Estêvão Eanes de Leiria.

No século XV, a evolução dos mecanismos de controle da vida económica do Mosteiro impõe a concretização de tombos onde são arrolados os bens imóveis, os foros e as rendas do Mosteiro coimbrão. A sua realização pressupunha consultas das fontes arquivadas, quer de documentação avulsa, quer de outros tombos e registos entretanto perdidos.

Pertenceria, no entanto, ao primeiro quartel do século XVI o momento mais significativo na renovação da informação arquivística depositada em Santa Cruz. O ciclo dito da *Leitura Nova*, impulsionado especialmente pelo rei D. Manuel I e concluído já no reinado do seu sucessor, D. João III, trouxe ao Mosteiro a actualidade de um método de arquivamento de documentação em cartulários ricamente iluminados cujo arquétipo se posicionava no próprio arquivo real da Torre do Tombo.

Trata-se de um momento de esplendor em torno do documento medieval, mas já claramente moderno. Período, aliás, onde se continuam a verificar acções de matiz arquivística que passam tanto pela renovação dos inventários documentais existentes na Canónica, como pela atribuição de cotações alfa-numéricas que procuram actualizar a denominação descritiva do espólio de cartas e instrumentos existentes. Nesse contexto emerge o nome do cónego arquivista D. Berardo, activo em Santa Cruz cerca de 1570, onde viria a redigir um importante “*Reportorio alfabetado*” do cartório crúzio. Estes tipos de intervenções revelam-se dinâmicos e aparecem por fases. Depois dos ciclos quinhentistas, reencontraremos, no primeiro quartel do século XVIII, um novo momento de reprodução ou cópia de documentos do arquivo, a *Leitura Novíssima*, cujo engenho, contudo, se encontra muito distante da qualidade formal e estética do ciclo da *Leitura Nova*.

Chancelaria. A memória como fonte histórica: os actos escritos

A chancelaria de Santa Cruz de Coimbra nasce com a produção dos seus primeiros actos escritos. Mas ela adquirirá uma maior importância e funcionalidade ao longo de todo o século XII. Elucida-nos esta evolução, por exemplo, a institucionalização da figura do *cancelarius* (expressão que, nos primeiros tempos de uso, se mescla assinaláveis vezes com a de *notarius*) expressamente afirmada na documentação a partir do ano 1190 ou, noutra perspectiva, a recorrência sistemática à validação sigilográfica dos diplomas desde 1200.

Naturalmente, uma *cancellaria* preexiste à enunciação clara do chanceler ou à adopção da prática generalizada da selagem, uma vez que ela deriva e coroa a gestão de uma *auctoritas* e/ou *potestas* que necessita

dessa infra-estrutura institucional para a sua própria acção e progressão legislante, administrante e mesmo judicativa. Frequentemente, aliás, o grau de concentração do poder da gestão do Mosteiro recai em priores-mores ciosos desse mando, os quais parecem não querer privilegiar a emergência de oficiais maiores responsáveis pela chancelaria, tomando-a como sector de controle aparentemente pessoal.

A construção do acto documental contempla o limiar imprecativo da *conscriptio*, da solicitação e da anuência das partes configurantes no acto que se passa a escrito e se promulga mediante a aferição de formulários devedores das melhores *artes dictaminis* do tempo e da emissão de marcas validatórias originais e pertinentes.

Mas uma chancelaria não é apenas a materialidade translúcida em actos de pergaminho ou de papel inscritos com belas fórmulas textuais, de *dictamina* apurados nos círculos culturais eruditos e universitários desses séculos medievos que assistiram ao despertar da Europa. Ela assenta no contributo empenhado das gentes da escrita, de escribas e de chanceleres devotados à missão de redigir, reproduzir e expedir de modo controlado *instrumenta e chartae*.

Nos cerca de 1520 actos apurados como fruto desta chancelaria monástica entre 1131 e 1322, encontramos o testemunho gráfico de pelo menos 149 escribas. *Scriptores* para os quais se estabelecem quadros de identificação prosopográfica e paleográfica, verificando-se, nos módulos alfabéticos, os hábitos de mãos treinadas no fazer dos códices em pleno *scriptorium*. No século XIII, à medida que se avança na centúria, decaem as provas gráficas de carácter eminentemente librário, para as escriturinhas dos cônegos e mestres da escrita de Santa Cruz passarem a privilegiar os novos cânones gráficos, as escritas góticas cursivas das quais podemos atestar o êxito avassalador que recobramos neste Claustro, nele vindo a ser praticadas, entre práticas ora conservadoras, ora renovadoras das morfologias alfabéticas, até aos finais dos tempos medievais.

De um modo geral, o escriba assina o seu nome no fecho do acto. A preferência vocabular que indica a conclusão do labor privilegia os termos “*notauit*”, “*notuit*” ou, na primeira pessoa, “*notauĩ*” e/ou “*notuĩ*” sendo menos frequentes as formas “*scripsit*” ou “*scripsi*”. A preferência por “*notare*”, afigura-se mais consentânea com o carácter dispositivo e jurídico-vinculativo dos actos redigidos do que o modo “*scribere*”, mais afeito ao acto mecânico da inscrição gráfica materialmente considerada.

As funções da escrita são partilhadas por elevado número de *notatores*. A maioria apenas surge documentada para períodos muito efémeros. 50% dos escribas emergem por período que não ultrapassa um ano.

18,24% dos mesmos registam-se em acção entre um e cinco anos. São mais raros os escribas com mais de seis anos de serviço ainda que existissem quadros com longevidades de trabalho entre os seis e 10 anos (8%), 11 e 20 anos (10%), 21 e 30 anos (10%) e mais de 30 anos (4%).

Mais abundantes nas décadas do século XII do que nas do XIII, os escribas da chancelaria crúzia apresentam uma produção média anual de documentos muito diferenciada consoante estejamos no século XII ou no XIII. Para o primeiro, encontramos médias de 9 até 26 documentos / ano. Para Duzentos, temos uma moda situada nos 4 documentos / ano, longe, portanto, das décadas de ouro que foram as de 1150 até 1200, com especial relevo para os anos de 1160-69. Índices que apresentam a chancelaria crúzia como um caso relevante no conjunto das chancelarias eclesiásticas medievais europeias e lhe conferem, objectivamente, uma dimensão de significado internacional.

A ideia de que Santa Cruz de Coimbra constituiu um importante centro auxiliar da chancelaria real portuguesa, amplamente glosada pelos medievalistas portugueses na esteira das ilações de Rui de Azevedo, é por nós revista. A documentação “régia” de produção crúzia abrange, significativamente, apenas actos relativos ao próprio Mosteiro. Trata-se, seguramente, de cartas lavradas na chancelaria monástica apresentados à mercê real, das quais resultavam benefícios bastante importantes para o património e o estatuto político e institucional de Santa Cruz dentro do Reino. São muito poucos, por isso, os escribas recrutados em Santa Cruz para as fileiras da chancelaria régia – revelando-se caso especial o do escriba Pedro Calvo, no último terço do século XII, o qual aparece como capelão régio e redactor de alguns documentos de membros da família real – predominando a proveniência bracarense, a cujos Arcebispos pertencia, desde 1128, a gestão da *cancellaria* dos monarcas portugueses.

As práticas documentais crúzias, mormente no campo dos modelos de *dictamina*, estender-se-á a outros mosteiros quer canonicais, quer mesmo cistercienses (v. g., Celas de Coimbra). Por seu turno, desde inícios do primeiro quartel do século XIII e muito especialmente após 1250, torna-se visível o progressivo domínio das actividades da “escrita legal” que interessavam ao Mosteiro pelos notários privados e públicos.

Notando-se inter-relacionamentos entre a oficina do *scriptorium* e a da *cancellaria*, mormente ao nível do quadro dos agentes da escrita e de alguns gostos paleográficos traduzíveis na inscrição nos diplomas avulsos de cuidadas iniciais emblemáticas, nem por isso deixaremos de notar a autonomia formal de ambos os sectores e a identidade bem definida da chancelaria especificamente considerada. Na sua maioria, as cartas de

pergaminho rondam áreas entre os 20 e 40 000 milímetros quadrados, formatadas segundo modelos mais largos do que altos, permitindo lineamentos longitudinais, paralelos ao lado maior do suporte de escrita, as *chartae rectae* ou *non transversae*. Só tardiamente, entrados em Duzentos, a moda evoluirá para a verticalização do texto diplomático, generalizando-se desde então os documentos mais reduzidos em área e formatados em ordem à produção de *chartae transversae*.

O documento é denominado de modo plural, referindo-se-lhe conceitos como *cedula*, *charta*, *instrumentum*, *littera*, *pagina*, *scriptura*, *series*, *verbum*. Muitas vezes, também, privilegia-se a designação tipológica do acto (v. g., *testamentum*, *donationem*, *emptionem*, *concambium*, *pactum*, *renuntiationem*, *quitacionem*, *procuracionem*, *conventionem*, etc.).

A esmagadora maioria dos actos redigidos importa a questões de natureza patrimonial, incidindo sobre as garantias de aquisição de bens e propriedades (doações, compras, escambos), logo seguidos pelas cartas de foro (singulares ou colectivos), pelos “pactos” e pelas “composições”. Menor peso tiveram as *traditiones*, os testamentos *causa mortis*, as cartas “*dimissionis*” [monitórias], as missivas, as procurações, as apresentações de clérigos e capelães, as sentenças, as cartas de familiatura, as quitações, os reconhecimentos, as súplicas ou as cartas de privilégios.

A chancelaria usa fórmulas latinas até bastante tarde. O romance emerge timidamente desde o último terço do século XIII, datando de 1286 o primeiro acto integralmente redigido em português, no governo do Prior-mor D. Durando Pais. Reconstitui-se a ritualidade da génese dos actos, descortinando-se tempos de imprecação e de *iussio*. A *promulgatio* exigia o local público em que estivessem presentes confirmantes e testemunhas abonatórias.

Recorrendo a fórmulas tradicionais no Claustro, a redacção dos documentos remete, no seu clausulado estruturante, a uma ordem social amplamente valorizadora dos agentes de mando. Para além da evidência da *invocatio* predominante do nome de Deus dá-se uma particular importância à *intitulatio* e a lenta apropriação de temas tradicionalmente episcopalizantes e apostolicais como o recurso aos termos “*Dei gratia*” ou a referência à isenção jurisdicional “*nullo medio pertinentis*”. Uma *intitulatio*, também, onde os escribas de Santa Cruz revelam particular gosto por conjugar a palavra com o símbolo sacro (v. g., “*monasterium sancte †*”).

O autêntico tesouro das fórmulas dos actos escritos repercute-se na *inscriptio* ou *adressio* e na saudação, verdadeiros elementos de cortesia civilizacional. Nos preâmbulos apresentam-se considerandos de ordem disciplinar, pastoral e, sobretudo, de carácter antropológico-religioso, em

torno da questão permanente da morte e da vida eterna. As cláusulas cominatórias evoluem de um corpo preceptivo essencialmente espiritual para um mais natural e material. A *condemnatio* da alma sujeita-se sempre à hipótese de reconciliação do prevaricador sendo, por isso, reversível, segundo rituais e exigências pressupostos em manuais de gestão pastoral conhecidos do clero medieval.

Na corroboração voltamos a encontrar o fecho do círculo simbólico que inicia e encerra o diploma. Aqui, abre-se um novo espaço gráfico à palavra e ao símbolo, seja na inscrição dos sinais da “†”, seja na associação do nome enunciado à abreviatura “ss” (*subscripsi*, mas também item semiótico remetente a *signum...*).

Finalmente, os elevados índices de alfabetização da população monástica crúzia convergem na visibilidade das assinaturas autógrafas, pressupostas na heterografia das cópias e dos documentos em “*munda*” ou mesmo reais.

Validação sigilográfica

As formas de validação seguidas pela chancelaria do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra valorizaram desde cedo as práticas quirográficas e a aposição bipolar de selos pendentes (o do prior-mor e o do convento).

No domínio da *validatio* por quirografia, segue-se predominantemente o modelo “*Fiat Pax et Veritas*” ou “*Fiat Pax et Veritas In Diebus Nostris*” e/ou variantes, só ultrapassado pela prevalência de letras alfabéticas em série a partir dos anos 1190-1200, num evidente reclamo de pressupostos pastorais cristológicos se atentarmos que os conceitos “*veritas*” e “*pax*” podem ser remetidos à própria *Parousia* de Cristo-Juiz, Ele próprio metáfora da verdadeira paz e da verdadeira vida eterna, ou, ainda, numa remissão à elocução de carácter mariano exposta na narrativa da Anunciação – “*Fiat...*” – recorrente em contexto sacerdotal como memória de obediência, de humildade e de total disponibilidade para o serviço da vontade divinal.

A *validatio* documental assume na chancelaria crúzia um elevadíssimo grau simbólico. Para além da palavra, *ens substancialis*, emerge também a imagem, *ens apparens*. Os selos de cera, numa policromia vivificante que se conjuga, entre 1200 e 1320, sensivelmente, no predomínio das cores de cera natural, mas também em rutilantes vermelhos e nas mais raras e elegantes impressões esverdeadas, revelam o conservadorismo dos modelos matriciais no tocante ao espécime conventual, de longa duração, e na vivificação dos selos dos priores-mores sempre renovados por ocasião da entronização de cada novo prelado.

Do selo monogramático com o *Chrismon* do Prior-mor D. João César, passaremos a uma longa fase de temáticas figurativas em que os prelados se apresentam em poses pontificais e episcopalizantes para, já ultrapassado o primeiro quartel de Trezentos, se voltar, em jeito de fecho de um percurso, ao modelo simbólico alfa-iconológico.

A evolução das mentalidades sociais deste corpo clerical regular revela-se bem no *corpus* sigilográfico compulsado, cujo tratamento em série, que não apenas por recorrência a amostras casuísticas, permite o conhecimento da dinâmica profunda que enforma a utilização do selo de autenticidade numa chancelaria eclesiástica portuguesa medieval de primeira grandeza.

Conclusão

Investigação pluridisciplinar, assente sobre um massa documental considerável, a dissertação apresentada permite conjugar, de forma renovada, a centralidade do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na cultura medieval portuguesa e europeia. Pela permanente atitude de comparibilidade desta chancelaria com o universo europeu, estabelece-se um estudo que, cremos, ultrapassa um mero significado local. Discurso eminentemente pertencente ao campo da Diplomática, da Paleografia, da Codicologia, da Sigilografia, mas também, e sobretudo, uma abordagem predominantemente marcada pela intencionalidade do Historiador em conhecer o passado de uma instituição monástica de significado maior que se reflecte na palavra escrita, no documento dentro de si próprio, quando acontecimento de si mesmo, mas que não olvida os homens que o construíram, preservaram e transmitiram às gerações contemporâneas.

Anexos da tese: Formulário da chancelaria de Santa Cruz de Coimbra. – *Corpus* documental dos actos da Chancelaria. – *Corpus* sigilográfico e reproduções dos selos. – Selos conservados. – Notícias de selos perdidos. – Quadros e documentos diversos. – Fontes e Bibliografia.